



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Divisão de Licitação

RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO 2, feito pela Plataforma BII Compras – Processo n.º
10932/2025

Processo Licitatório: 06250/2025

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ASFÁLTICOS

QUESTIONAMENTOS - RESPOSTAS:

2º Ponto a esclarecer

PERGUNTA: A redação da Cláusula Quinta – Dos Preços e do Reajuste de Preços, no item 5.2, fixa o valor a ser pago pelo insumo na data da ordem de fornecimento. Entretanto, é de conhecimento público – e também dessa respeitável Administração – que os objetos deste certame estão sujeitos a alterações de preços de forma mensal, seguindo as práticas de mercado e, no caso, variações regidas por políticas de preço da Petrobras. Assim, se a ordem de fornecimento ocorrer no último dia do mês e a entrega for realizada no início do mês subsequente, havendo variação de preço nesse intervalo, haverá desequilíbrio econômico-financeiro: uma das partes suportará prejuízo e a outra obterá ganho indevido. Diante disso, solicitamos que esse item seja submetido à análise dos setores competentes, visando a adequação da redação para prevenir distorções e garantir a manutenção do equilíbrio contratual.

RESPOSTA: Na elaboração do edital, a Administração, buscou assegurar a previsibilidade e a transparência das condições de contratação, de modo a preservar a isonomia entre os licitantes. Ressalta-se que o procedimento licitatório rege-se pelo princípio do equilíbrio econômico-financeiro, expressamente garantido pelo art. 92, especificamente o inciso V, da Lei nº 14.133/2021. Vale informar, que esta Divisão de Licitação, entende que na cláusula quinta e suas sub-cláusulas, constante na minuta da Ata de Registro de preços do edital, é demonstrado de forma clara as respostas das perguntas do licitante. Entretanto, vejamos:

Eventuais variações excepcionais de preços, devidamente comprovadas e que venham a comprometer a execução contratual e o desequilíbrio econômico-financeiro, poderão ser objeto de análise durante a vigência do contrato, observados os requisitos legais para a revisão contratual, em especial o art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, entende-se que a redação atual do edital não impede a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, uma vez que a legislação já prevê os instrumentos necessários para adequação dos preços em situações que assim o exijam. Todavia, o pleito de alteração da redação do item 5.2 será encaminhado ao setor técnico responsável para análise quanto à conveniência e oportunidade de eventual ajuste, de modo a evitar interpretações divergentes e assegurar a adequada execução contratual.

3º Ponto a esclarecer

PERGUNTA: Solicitamos informar, de forma clara e detalhada, quais são os métodos, parâmetros e documentos comprobatórios exigidos para o cumprimento do item 5.4 da Cláusula Quinta – Dos Preços e do Reajuste de Preços.

RESPOSTA: Inicialmente, cumpre esclarecer que a presente redação foi elaborada com base nas minutas disponibilizadas pela Advocacia-Geral da União – AGU, adotadas em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021, para a confecção das atas de registro de preços.

O procedimento de solicitação para equilíbrio econômico-financeiro por parte de fornecedor deve ser feito de forma padrão. O fornecedor interessado deverá protocolar requerimento formal (via flowdocs) junto à Administração solicitando a revisão, reajustamento ou repactuação dos preços registrados, indicando expressamente o fundamento (itens 5.4.1, 5.4.2 ou 5.4.3), de acordo com o edital.

Se a solicitação for pelo item 5.4.1 – Força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou fatos imprevisíveis/previsíveis de consequências incalculáveis, a demonstração do fornecedor deverá comprovar que evento impactou diretamente os custos, tornando inviável a execução nos preços registrados, sendo os documentos comprobatórios notas fiscais anteriores e atuais evidenciando a variação abrupta de preços, tabelas oficiais de mercado (ex.: ANP para derivados de petróleo, IBGE, FGV, CNI, etc.), relatórios técnicos que comprovem a variação, entre outros, além da justificativa circunstanciada do fornecedor.

Se a solicitação for pelo item 5.4.2 – Alteração de tributos ou encargos legais, a comprovação pelo fornecedor deverá demonstrar a criação, alteração ou extinção de tributo/encargo com repercussão direta nos custos do objeto contratado, sendo os documentos comprobatórios cópia da lei, decreto ou norma que criou/alterou o tributo, planilha de composição de custos comparativa (antes/depois da alteração), entre outros, além de Parecer contábil ou fiscal, se necessário do fornecedor. Deverá constar justificativa circunstanciada do fornecedor.

Se a solicitação for pelo item 5.4.3 – Reajustamento ou repactuação, o parâmetro (reajuste) deverá obedecer o decurso de 12 meses contados da data limite para apresentação da proposta ou do orçamento estimado, conforme art. 92, § 4º, da Lei nº 14.133/2021, aplicando-se o índice previsto no edital/ata. Quanto a repactuação deverá ser comprovado a alteração dos custos de mão de obra decorrente da data-base da categoria ou norma coletiva. Os documentos comprobatórios são os índices oficiais publicados (ex.: IPCA/IBGE, INPC, IGP-M/FGV, ou outro indicado no edital), Acordo ou convenção coletiva de trabalho (no caso de repactuação); entre outros. Deverá constar justificativa circunstanciada do fornecedor.

O pedido será analisado tecnicamente e juridicamente, considerando os documentos apresentados e as práticas de mercado. A decisão administrativa será formalizada em processo, mediante despacho fundamentado da autoridade competente.

Conforme solicitado pelo licitante, o processo foi submetido ao setor responsável pelas análises dos pedidos de equilíbrios econômico-financeiro protocolados por fornecedores nesta Prefeitura. Segue abaixo a resposta:

“Atendendo a solicitação da Divisão de Licitação, após análise da minuta do Edital e da resposta elaborada por esta Divisão, esta Secretaria Municipal de Controle Interno, conclui pelo seguinte:

a) Quanto ao 2º ponto (fixação do preço – item 5.2 da Cláusula Quinta), entendemos que a redação atual do edital não impede, conforme relatado, a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, uma vez que a legislação já prevê os instrumentos necessários para adequação dos preços em situações que assim o exijam (arts. 92 e 124 da Lei nº 14.133/2021). Dessa forma, preliminarmente, não se verifica necessidade de alteração da redação do item;

b) Quanto ao 3º ponto (métodos, parâmetros e documentos do item 5.4 da Cláusula Quinta), a resposta foi detalhada e objetiva, especificando de forma clara os documentos aceitos em cada hipótese (força

maior, alteração tributária e reajuste/repactuação), além de citar dispositivos legais e adotar parâmetros oficiais de mercado.

Diante do exposto, entendemos que o presente edital atende às indagações apresentadas, não havendo óbice para o prosseguimento do certame.

Retorne a Divisão de Licitação”.

Considerando as respostas acima, esclarecemos que permanecem mantidos os termos do edital, bem como as condições já estabelecidas, permanecendo a data do certame para dia 21 de agosto de 2024, às 10:00 horas.

São José do Vale do Rio Preto, 18 de Agosto de 2025.

FLAVIANA MEDEIROS LAMEIRA RIBEIRO

Pregoeiro/Agente de Contratação.